

## RECEITA DE MÉDICO



**José Luiz Egydio Setibon**  
Pediatra, São Paulo, presidente da Fundação  
mantenedora do Hospital Infantil Sabará e  
membro da Academia Brasileira de Pediatria



### Uma infância abandonada

**P**obreza não é só falta de dinheiro. É uma condição em que o indivíduo tem diferentes vulnerabilidades. Essa é a realidade de mais da metade das crianças brasileiras, sujeitas a uma série de privações e exclusões, que comprometem seu bem-estar e, consequentemente, o futuro do nosso país. Escrevo este artigo após ler o recém-lançado relatório do Unicef, chamado *Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência - 2022*, com base em dados do IBGE, Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), de 2016 ao ano passado. Nele é analisado o acesso de crianças e adolescentes aos seis direitos básicos: renda, educação, informação, água, saneamento e moradia.

Infelizmente o retrato apresentado da infância brasileira não deixa margem para dúvidas: é um quadro grave e exige reação urgente da sociedade como um todo. Embora mostre um leve recuo na maioria das privações — de 63% para 60% — ainda é um número assombroso de menores, com até 17 anos, passando por necessidades.

A média nacional de meninos e meninas submetidos a privações de seus direitos básicos esconde desigualdades regionais; nem tão escondidas assim. No Amapá, o percentual alcançou quase 92% em 2022. Isso é quase a totalidade da população local com menos de 17 anos. Já São Paulo, o estado mais rico da Federação, é onde está a melhor marca nacional, com 36%, o que não deixa de ser uma tristeza.

Na educação o cenário é o mais adverso, com visível piora no analfabetismo, especialmente para indivíduos negros afetados pela pandemia na faixa etária em que deveriam se alfabetizar. A proporção de crianças de 7 anos

de idade que não sabem ler nem escrever saltou de 20% para 40% entre 2019 e 2022. Os dados da privação relativa, a estar na escola na idade certa, podem ser resultado da aprovação automática na pandemia.

Quanto à pobreza alimentar, considerada alternativa à linha da pobreza geral, a situação está ainda levemente pior do que 2019: cerca de 20% da população de crianças e ado-

*Qual país ou nação queremos construir com o abandono, nesse nível, de nossas crianças e jovens?*

lescentes têm renda familiar abaixo do necessário para uma alimentação apropriada. A divergência entre pobreza geral e alimentar resulta de uma alta dos preços dos alimentos maior do que a variação da cesta geral de consumo. É a inflação que corrói bolsos e estômagos.

Outro dado alarmante: 9% dos brasileiros de zero a 17 anos viviam em moradias precárias em 2022; 5% não tiveram acesso à água; e 37% não contavam com saneamento básico. Onde estão os projetos de infraestrutura para prever água encanada e esgoto nas cidades? Do jeito que está, temos uma geração inteira exposta a doenças e outras mazelas capazes de afetar o

desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.

Os direitos de crianças e adolescentes são indissociáveis e interligados. Está em nossa Constituição desde 1988 em seu artigo 227: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Quando uma criança ou adolescente não tem acesso a um ou mais direitos, significa que vive na pobreza, em suas múltiplas dimensões.

Trago essas reflexões pois tento espalhar o mantra que adotei para minha vida e meu trabalho: "Uma infância saudável para uma sociedade melhor". Mas como ter uma infância e uma adolescência saudável com esses indicadores? Qual país ou nação queremos construir com o abandono, nesse nível, de nossas crianças e jovens? Esses questionamentos não cabem só aos nossos governantes, mas a nós todos, participantes de uma comunidade. Temos responsabilidade em clamar por mudanças e trabalhar para mudar esse cenário.